



A MORFOLOGIA NO SIGNIFICADO DO SIGNO LINGUÍSTICO

MORPHOLOGY IN THE MEANING OF THE LINGUISTIC SIGN

Mário Eduardo Viaro¹

RESUMO

Discutem-se os três constituintes do Significante, Significado e Referência no modelo tradicional de signo linguístico, com vistas à compreensão de onde nele se situaria a Morfologia: se no Significante ou no Significado. Material historiográfico e dados empíricos de diversas línguas são trazidos à discussão, dando assim embasamento à compreensão de um posicionamento da Morfologia ao lado da Lexicologia no Significado e afastando-se da interpretação de que áreas interdisciplinares como a Morfossintaxe ou a Morfofonologia subsumiriam a Morfologia, que, desse modo, não seria uma configuração particular dessas grandes áreas. A afinidade com a Lexicologia revela que não há apenas uma Semântica do Significado, mas também uma Semântica da Referência e que a Morfologia se associa tanto à Referência, quanto ao Significante, ou seja, é uma área independente e não resultado de uma subsunção.

Palavras-chave: Morfologia; Morfossintaxe; Morfofonologia; Semântica; Signo linguístico.

ABSTRACT

This paper discusses the three components of the Signifier, the Meaning and the Reference in the traditional model of the linguistic sign, with a view to understanding where Morphology studies should be located: in the Meaning or in the Signifier. Historiographical information, as well as empirical data from languages, is brought up for discussion, providing thus a basis for understanding a position of Morphology alongside Lexicology in Meaning and moving away from the interpretation that interdisciplinary areas such as Morphosyntax or Morphophonology could subsume Morphology, which, from that point of view, is not a particular arrangement of those larger areas. Affinity with Lexicology reveals that there is not only a Semantics of Meaning, but also a Semantics of Reference and that Morphology is in fact associated with both Reference and Signifier, in other words, definitely an independent area and not the result of a subsumption.

Keywords: Morphology; Morfossyntaxis; Morphophonology; Semantics; Linguistic sign.

¹ Professor Livre Docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, maeviaro@usp.br

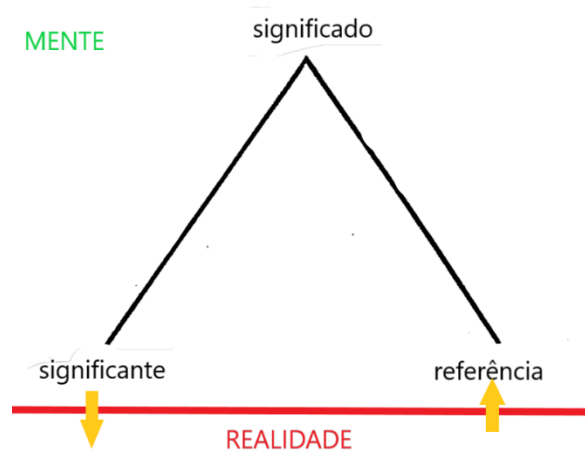
Estrutura do modelo tradicional do signo linguístico

Desde que John Locke (1690) no livro IV, capítulo 21 de seu *An essay concerning human understanding* dividiu as ciências entre *Física* (o estudo da natureza das coisas como são em si mesmas, de suas relações e de suas maneiras de operação), *Prática* (o estudo do que o homem deve fazer como agente racional e voluntário para obtenção de algum objetivo, sobretudo a felicidade) e *Semiótica* (estudo dos caminhos e meios pelos quais o conhecimento de ambas as duas ciências anteriores é aprendido e comunicado), é possível indagar como a chamada “doutrina dos signos”, de origem na Antiguidade e discutida vez ou outra durante a Idade Média até chegar à Semiótica peirceana, nos revela tal “conhecimento do que é aprendido e do que é comunicado”. Para Locke, tal ciência semiótica consistiria em considerar a natureza dos signos utilizada pela mente para o entendimento das coisas e para a transmissão desse conhecimento a outros.

Séculos após a proposta de Locke, o signo linguístico volta à baila na Linguística com a publicação do *Cours de linguistique générale* (1916). Consagrada sua nova versão com apenas dois componentes (Significante e Significado) décadas depois pela Glossemática, entende-se, a partir da exegese dos célebres cursos de Saussure em Genebra expressos nessa obra compilada por seus alunos que o chamado “terceiro lado”, o da Referência, seria algo alheio ao interesse do Estruturalismo. A Referência, assim, retirada da discussão filosófica da Linguística, tornou-se, por assim dizer, um objeto negligenciado nos modelos. Na divisão de tarefas da segunda metade do século XX entre linguistas, filósofos e psicólogos, diversas interpretações desse “recorte” fez que se entendesse o Significado como um constituinte do signo que poderia ser descrito muito bem sem a Referência, por vezes, confundindo-se com ela. Uma leitura ainda mais apartada da Teoria do Conhecimento geraria, por vezes, entre os autores, uma confusão entre Referência e Realidade, muito embora, em Filosofia, pelo menos desde Pascal, não é mais possível confundi-las. Filtrada pela nossa percepção, a Realidade comporia justamente aquilo que tradicionalmente se chama Referência numa mente humana.

O signo se une sabidamente à Realidade por meio de dois processos: o da Percepção e o da Expressão, ambos unidirecionais. A Percepção é o caminho da Realidade à Referência. A Expressão é, inversamente, o caminho do Significante para a Realidade. O arranjo desses processos e constituintes sîgnicos foi diversas vezes representado por estruturas triangulares.

Imagem 1: percepção e expressão no signo linguístico



Diferente da unidirecionalidade dos processos entre a Realidade e o signo, há inúmeras provas de que entre alguns dos constituintes há bidirecionalidade: tanto no trajeto da Referência para o Significado, quanto no trajeto do Significado para a Referência. Igualmente há bidirecionalidade tanto no trajeto do Significado para o Significante, quanto do Significante para o Significado.

Exploraremos nas seções seguintes esses trajetos num esquema tradicional triádico de signo. Importa, por ora, deixar claro, que Referência *não* é Realidade. Enquanto se advoga aqui pela reintrodução da Referência na estrutura do signo linguístico, sobretudo para entendermos onde se situa a Morfologia nesses esquemas, entende-se que a Realidade, diferentemente da Referência, não é objeto de estudo da Linguística *stricto sensu*. A Realidade, contudo, aparece necessariamente em estudos interdisciplinares que envolvam a Percepção (como, por exemplo, os estudos sobre cognição ou a investigação do conteúdo de palavras dêiticas, como as que aparecem em definições ostensivas, cf. HEGENBERG, 1974) ou a Expressão (por exemplo, em investigações de Fonética Acústica ou em questões sobre a expressão em línguas de sinais, em língua escrita e também em diversas formas artísticas).

No signo, portanto, só existe a Referência e não a Realidade. E essa Referência é resultado de pelo menos três filtragens da Realidade durante a Percepção, que nos impedem de falar sobre a Realidade *in se* como fazem físicos e metafísicos. São elas: uma filtragem característica da espécie biológica *Homo sapiens*, uma filtragem social determinada, na qual o próprio sistema linguístico é adquirido e a uma filtragem embasada em nosso sistema cognitivo particular e na nossa ontogenia como indivíduo. De fato, a primeira filtragem nos mostra que só é possível referir-se a algo captável pelas dimensões, sentidos e cognição humanos, por mais que exercícios de ficção possam nos fazer descrições bastante convincentes de como enxergam ou sentem outras espécies de animais ou mesmo outras formas de vida. A segunda filtragem nos evidencia que só se pode escolher, interpretar ou traduzir qualquer fato da realidade a partir de uma determinada visão social, com os valores que lhe são próprios, mediante as inúmeras experiências sociais a que somos expostos perante um cardápio de opções de nossa vivência ou de que temos notícia. Por fim, a terceira filtragem nos faz concluir que só é possível refletir sobre tudo que for apresentado nas duas primeiras filtragens como indivíduo único dotado de uma consciência própria e com uma determinada vivência ou experiência de vida. Fora do indivíduo, da sociedade e da espécie humana não há Referência alguma. Opondo-se Realidade à Referência, nada mais se faz do que caracterizar a Realidade como algo que exclui o elemento mental: não havendo mente, não há signos e, portanto, não há quaisquer Referências.

Por fim, se entendemos por “estrutura” algum tipo de organização cognitiva que sustenta o próprio signo linguístico, entende-se que a Referência é uma espécie de estruturação possível da Realidade, mas não é só resultado das filtragens mencionadas, uma vez que a Referência se constrói também pela própria Linguagem. Por outro lado, o Significante e Significado são estruturações culturais, mais rígidas, fundadas sobre a Referência. Essa rigidez característica é necessária para fins comunicativos, como o esforço de compreensibilidade daquilo que é expresso, embora não seja tão óbvia a sua necessidade para outros fins que envolvam, por exemplo, o raciocínio, a intuição, a sensibilidade e diversas técnicas adquiridas ou inatas. Nesse modelo estrutural, diremos que todos os três constituintes se compõem de *paradigmas*. Haverá portanto, paradigmas do Significante, do Significado e da Referência e esses, por sua vez, se entrecruzam, tecidos por elementos de seus

constituintes. Por paradigmas se entendem nada mais que conjuntos de elementos mentais, com diferente cardinalidade, organização definida e rede relacional bastante complexa.

Morfologia entre as áreas da Linguística vinculadas ao signo

Depois de termos distinguido a Referência da Realidade, é possível ainda continuar em um exercício de *abstração* com os três constituintes definidores do signo.

Abstraindo a Referência sobram-nos o Significante e o Significado, ou seja, os constituintes responsáveis pela *estruturação da expressão* e nessa área atuam normalmente a Sintaxe e a Fonologia, assim como a Morfofonologia, Morfosintaxe e a Fonotaxe.

Por outro lado, fazendo o mesmo exercício, se abstraíssemos o Significante, lidaríamos apenas com o Significado juntamente com a Referência, ou seja, com outro tipo de estruturação, cuja gênese seria teoricamente a Percepção. Seria simplista entender que esse eixo Referência-Significado tem a mesma complexidade do eixo Significado-Significante, portanto, não diríamos que há aí apenas “estruturação da percepção”, antes chamaremos o que ocorre à direita do triângulo sógnico de *estruturação semântica*. É nesse eixo que se encontraria, conforme argumentaremos, a Morfologia, a Lexicologia e todo tipo de fenômenos que também englobariam combinações dos elementos tanto do Significado quanto da Referência. Nesse sentido, podemos livremente falar de fenômenos morfolexicais, morforreferenciais e a lexicorreferenciais.

Por Semântica, portanto, entende-se o estudo dos componentes no exercício de abstração do Significante, o qual teria como resultado imediato a corroboração da famosa *arbitrariedade do signo*, mencionada no *Cours de linguistique générale*. Por outro lado, é preciso observar que, assim procedendo, estaríamos não só diante de uma Semântica do Significado, mas também de uma pouco estudada Semântica da Referência, uma vez que, repita-se, a Referência não é incognoscível como o é a Realidade, embora ainda careça de modelos linguísticos rigorosos.

Nessa Semântica da Referência estariam todos os paradigmas socialmente construídos para tudo que é importante na expressão ou raciocínio individual. Por exemplo, os paradigmas sociais da noção de “tempo” podem ser de vários tipos:

1. Um *tempo retilíneo*, cuja referência impera no Ocidente em muitas culturas. Nesse tempo, haveria começo, meio e fim; também haveria passado, presente e futuro etc.
2. Um *tempo circular*, cuja referência está vinculada à repetição das estações e das datas oficiais, ou ainda a diversas teorias da metempsicose etc.
3. Um *tempo psicológico*, reconhecido como algo paralelo ao tempo retilíneo e com diferente duração em relação a ele;
4. Um *modelo de tempo real*, baseado em teorias científicas, teológicas ou filosóficas.

Sobre essas diversas noções de “tempo” presentes na Referência, por vezes antagônicas e conflitantes, e sobre as relações estabelecidas entre as partes que as compõem, a Morfologia, que estaria na Semântica do Significado e não na Semântica da Referência, portanto, tão estruturada quanto o Significante, por fazer parte das duas estruturações, estabeleceria, radicalmente, que, por exemplo, no sistema português, só haveria meia dúzia de tempos e modos verbais a partir dos quais poderia expressar-se ou refletir sobre tudo que envolvesse qualquer noção referencial de “tempo” (VIARO, 2018).

Segundo esse raciocínio, haveria, portanto, um grande número de elementos do Significado que apontariam para elementos da Referências, como:

- Paradigmas lexicológicos (como o significado de “casa” que apontaria para construtos mentais aplicáveis para a realidade daquilo que socialmente ou individualmente seria uma casa, incluindo-se aqui todo tipo de relação metafórica ou metonímica);
- Paradigmas morfológicos (como o significado de “gênero morfológico feminino” que *nem sempre* aponta para paradigmas referenciais, como seria o próprio gênero morfológico feminino da palavra “casa”).

A divisão entre elementos morfológicos e elementos lexicológicos é tradicional e costuma pautar-se numa falsa dicotomia que afirma, como no exemplo acima, que os elementos lexicológicos são “mais referenciais” que os morfológicos. No entanto, isso é um erro, pois não existe gradação na referencialidade: ou há algum Significado que aponta para a Referência ou há um Significado que não aponta. E ocorrem os dois processos no trajeto que unem os constituintes, a depender do item lexical ou morfológico envolvido. A diferença entre Lexicologia e Morfologia, contudo, não reside na presença ou na ausência desse processo. Por exemplo, um item morfológico específico de um paradigma como “gênero” pode percorrer ou não o trajeto entre Significado e Referência, o que torna imprecisa qualquer distinção entre Lexicologia e Morfologia, se essa dicotomia se baseasse exclusivamente nisso. Radicais opacos e até mesmo alguns itens lexicais também se comportam da mesma forma que obscuros elementos morfológicos. Por exemplo, qual é a referência da palavra “toa” ou da palavra “léu”?

Contudo, a despeito da ausência de Referência, é possível dizer sem errar muito que *algum significado* é sempre possível e que em língua, afirma-se algo que dogmaticamente, não há espaço para o assemântico, exceto no Significante. Como fundamento dessa tese, recorre-se a recursos argumentativos de difícil comprovação como a existência de “significados contextuais”. Estendendo a Referência do item lexical “significado” para o terreno sintagmático ou pragmático, contudo, não resolvemos o problema, antes o deixamos muito mais nebuloso.

Um exemplo, contudo, bastaria. Um item lexical substantivo como *chiqueiro* é composto de, no máximo, três elementos com algum tipo de Significado:

- *chiqu-*, que não tem referência direta, como não têm os chamados “morfemas neoclássicos” do tipo *zoo-*: só podemos dizer que *chiqu-* significa “porco” se o elemento morfológico do radical for *interpretado* como “porco” e isso só é possível se a Referência *porco* assumir o Significado de *chiqu-* por meio de uma *associação*, ou seja, uma relação indireta à maneira do que fazem figuras de linguagem, como as metáforas e metonímias. Conclui-se que radicais, apesar de serem considerados “morfemas lexicais” (ou “lexicais”), também são um problema de Morfologia e não de Lexicologia;
- *-eir-* tampouco tem referência direta, pois dizer que significa “local onde se guardam X” depende, na verdade, de paradigmas referenciais que incluem seres passíveis de serem guardados em “locais”. O que se entende por “locais” é algo elástico e depende da *abstração* de quem analisa, uma vez que por “locais” podemos entender tanto construções como galinheiros, com os quais os chiqueiros teriam afinidade referencial, quanto objetos onde se guardariam não seres vivos, mas substâncias úteis, e daí, açucareiros e paliteiros também poderiam ser entendidos como uma espécie (ou hipônimo) de “lugar”, segundo algumas análises (VIARO, 2007; SIMÕES NETO, 2016, 2020);
- *-o* por sua vez, índice de gênero, neste caso específico, sem qualquer vínculo referencial, o qual se associa a um paradigma puramente morfológico conhecido como “gênero masculino”.

Os três elementos de *chiqueiro* (radical, sufixo derivacional e vogal temática) formam paradigmas morfológicos e não lexicais: seu funcionamento e comportamento são, portanto, objeto de estudo da Morfologia e não da Lexicologia. Isso não impede que o arranjo dos três no item lexical *chiqueiro* não seja de interesse de uma Morfolexicologia, quando tratamos, por exemplo, do gênero desse substantivo. Também não impede que tenhamos considerações morfossintáticas entre a sequência radical-sufixo derivacional-vogal temática. Contudo, *chiqueiro* será do interesse exclusivamente da Lexicologia quando estudarmos um significado não composicional, cuja introdução no sistema como neologismo é datado historicamente, como prova a Etimologia. Também será somente do interesse da Sintaxe quando consideramos a classe dos substantivos à qual *chiqueiro* pertence como núcleo de sintagmas nominais. O que importa observar, com isso, é que existe um número de fenômenos no Significado que justifica a existência de uma Morfologia independente com a qual é possível estabelecer essas situações intermediárias.

O que se pode afirmar, contudo, é que o fato de paradigmas morfológicos muitas vezes *não dependerem* de paradigmas referenciais, assim como muitas vezes *não dependem* de paradigmas lexicais é prova de que há dois tipos de paradigmas no Significado. Se isso é algo fácil de admitir, dada a grande arbitrariedade existente em um paradigma morfológico como

“gênero morfológico feminino”, nem sempre essa independência em relação à referencialidade é facilmente perceptível quando se tratam de paradigmas lexicológicos.

Ou seja, a depender de questões tipológicas, no nível morfológico, entendido como o alicerce do lexical, é possível que haja vários signos vinculados entre si por uma sintaxe intravocabular e, sem qualquer paradoxo, podemos concluir, a partir de sua análise, que esses signos encadeados e comprometidos com a formação do vocábulo não têm necessariamente vínculos nem com o Significante nem com a Referência. Apesar disso, sobre eles a Semântica haverá de dizer algo, uma vez que não são elementos do Significante, como fonemas, sílabas ou estruturas sintáticas.

Em suma, não há Morfologia nem Lexicologia sem uma Semântica, por outro lado é imprescindível pensar em estruturas fonológicas ou sintáticas necessariamente sem ela. Mesmo morfemas *cranberry*, interfixos e morfemas neoclássicos fariam parte do Significado no sentido que a formação de paradigmas morfológicos de diferente cardinalidade é entendido *por definição* como Semântica, isto é, o oposto do Significante. Nesse sentido, a ausência de associação quer com algum elemento referencial não seria prerrogativa dos elementos do Significante, nem dos elementos morfológicos e, por vezes, dos elementos morfológicos que compõem os itens de uma língua.

Nesse sentido, trata-se de discussão ociosa questões como “afixos sem significado”, “esvaziamento de sentido” e “opacidade de radicais”. Se esses elementos não têm vinculação direta com nenhum elemento referencial, haverá ou alguma vinculação indireta ou a composição de um novo paradigma sem rótulo no Significado, desde que entendamos os paradigmas como elementos reais da cognição. O que podemos, por ora, concluir é que esse arrazoado nos conduz ao entendimento de que a Morfologia é uma área independente que, no nível teórico e epistemológico, se sustentaria sem a necessidade de *subsunção* a qualquer outra área mais consagrada, mais estudada ou mais prestigiada. Significa ainda que as diferenças entre Morfologia e Lexicologia no Significado são apenas de nível: se a Lexicologia só trabalhará com o nível vocabular ou com níveis lexicossintaticamente maiores (lexias, expressões fixas, verbos-suporte com diferentes graus de “esvaziamento semântico”, palavras com sentido contextual como a palavra “toa” na expressão “estar à toa”), já a Morfologia *stricto sensu*, quando não estiver interessada em questões morfolexicais ou morfossintáticas, tem condições suficientes, teóricas e empíricas, como área independente da Linguística, de trabalhar apenas com os paradigmas morfológicos e nada mais, uma vez que nenhuma outra área estaria em condição de fazê-lo.

As relações entre Significado e Referência

As conclusões das seções anteriores devem ser o ponto de partida para a reflexão que se segue. Há certa convicção geral de que a necessidade das definições é o ponto básico para

a continuidade de qualquer discussão, no entanto diversas correntes dispõem de conceitos extremamente ambíguos, como o de *morfema*. Soledade & Lopes (2015) revisam as várias definições desse termo à busca de alguma intersecção conceitual e observam que nem todo elemento segmentável num plano morfológico (por oposição a um plano fonológico) é dotado do que os autores chamam de “significação”. Esse “assemantismo” de tantas unidades morfológicas (vogais temáticas, vogais e consoantes de ligação, interfixos, morfemas antroponímicos como *Mari-* em unidades como “Marinalva”, “Marinês”, “Marineide” etc.) só teria em comum com o Significante, na verdade, a ausência de um vínculo referencial.

Essa característica, contudo, permeia também a Lexicologia em diversas expressões cristalizadas: palavras como “toa” ou “léu” têm uma etimologia, mas isso não importa muito ao falante ao empregar expressões como “estar à toa” e “estar ao léu”. A ausência do significado lexical *stricto sensu* justificaria desvios ortográficos como “atoa” ou “ao léu”, mas a percepção de uma pertinência a paradigmas morfológicos faria também com que outros falantes de português afirmassem que “toa” e “léu” são substantivos. Fundamentar-se-ia essa afirmação de base morfossintática com vários argumentos, até mesmo em defesa normativa do uso do à craseado, no caso do substantivo feminino “toa”. O caso de “à toa” e “ao léu” não é diferente do caso de *chiqu-* em *chiqueiro*, visto acima: simplesmente por serem unidades morfológicas ou lexicais, tais elementos não são “destituídos de relações semânticas” como seriam fonemas e estruturas sintáticas, elementos do Significante, a menos que se entre em contradição conceitual. No final das contas, novamente, o espanto provocado pela ausência de Referência no âmbito da Morfologia aparentemente ainda se mescla com o espanto de uma “ausência da Realidade”, mas os morfólogos já deveriam estar imunes a isso, depois de já terem comprovado a existência de tantos elementos segmentáveis só justificáveis no bojo dos próprios paradigmas morfológicos. Relembre-se que comprovar a ausência de relação com qualquer tipo de Referência não é o mesmo que constatar ausência de Significado: a Morfologia *cria* o Significado para o Significante: sem essa função não faria nem mesmo sentido separar os dois constituintes do signo. De fato, às vezes, para espanto de quem analisa os fatos, muitas relações morfofonológicas e morfolexicais peculiares parecem inclusive ultrapassar a zona proibida da arbitrariedade do signo (como mostram alguns tabuísmos, algumas etimologias obscuras, os *gitaigo* da língua japonesa e os moldes fônicos, cf. VIARO; FERREIRA; GUIMARÃES-FILHO, 2013). Uma prova inversa de que no Significado só estão a Morfologia e a Lexicologia é justamente a dificuldade de se falar de fonemas ou de estruturas sintáticas sem referir-se a unidades lexicais, como mostram os exemplos presentes nas definições de oposição fonológica, de estrutura silábica e de forma superficial. A menos que a arbitrariedade do signo não se sustente com dados, não faz sequer sentido pensar em ausência de Significado para qualquer unidade morfológica ou lexical, muito embora sejam abundantes os exemplos sem conexão com a Referência. O Significado não é outra coisa senão o ponto intermediário entre a estruturação semântica e a estruturação da expressão, como vimos, e se essa *dupla estruturação* do Significado se faz às vezes mediante unidades sem Referência, abundantes na Morfologia, ela não é de modo algum malsucedida, a despeito das análises dos linguistas que as

expurgam da Morfologia, jogando-as para uma Lexicologia, que, por sua vez, não se interessará por elas. Relembre-se novamente que tais unidades consideradas “assemânticas” foram construídas ao longo do tempo e não são decorrentes de estruturas subjacentes fantasmagóricas, fruto da criatividade de quem as analisa. Não foram unidades criadas em um único dia ou por uma só pessoa, a menos que estejamos analisando logotomas ou línguas artificiais.

Desse modo, não há qualquer razão para espantar-se que não haja nada de referencialmente masculino num item lexical como *chiqueiro*. Por outro lado, dizer que o índice de gênero -o não passa de uma “vogal temática” (como ocorre com a declinação dos nomes ou com a conjugação verbal) é afirmar, inversamente, que há espaço na Fonologia para paradigmas não-fonológicos, o que seria outro contrassenso. Assim sendo, no esquema tripartido do signo só há espaço para problemas morfológicos como o gênero nominal ou para a conjugação verbal em um único constituinte: no Significado. Novamente, enquanto a Semântica lida com as relações entre o Significado e a Referência, a Morfologia é a parte do mesmo Significado preocupada com elementos que, vez ou outra, não têm referência alguma ou têm uma referência nebulosa cujas raízes se encontram no passado e não na sociedade atual. Confundir esse “asemantismo” ou essa falta de referência com algo exclusivo do Significante é criar aporias nas definições, introduzindo a contradição no seio da teoria linguística.

Outro erro, ainda mais grave, é imaginar que a Morfologia só deva lidar com o funcional e com o produtivo. Segundo essa visão, o estudo do improdutivo ou dos paradigmas com poucos elementos não é do escopo da Morfologia, mas tarefa da Lexicologia. A abdicação de estudos sobre o improdutivo só faz sentido quando se erige o fenômeno particular da alta produtividade como algo mais importante do que todos os outros fenômenos morfológicos igualmente importantes, como, por exemplo, o fenômeno da irregularidade formal.

Muitas vezes o fato de sufixos serem considerados sintaticamente subordinados aos radicais estabelece uma hierarquia valorativa entre Lexicologia e Morfologia, sem fundamentação objetiva. No entanto, como dito, na prática, os lexicólogos se ocupam de vocábulos e não de lexemas, outro objeto de estudo da Morfologia. Aliás, a suposta subordinação de morfemas gramaticais à base (ou ao radical) no caso de *chiqueiro* é ilusória e algo dogmática, uma vez que:

1. morfofonologicamente observa-se que o acento tônico desse item lexical está vinculado ao sufixo e não à base;
2. lexicalmente acontece o mesmo: o hiperônimo da palavra *chiqueiro* vincula-se ao significado do sufixo e não ao da base, que é sabidamente opaco.

Assim, se há alguma hierarquia, será do sufixo para a base e não o contrário. A análise inversa se alicerça apenas tradicionalmente, cuja argumentação favorável se sustentaria, quando muito, em bases não-opacas. Por fim, a relação semântica entre a base e o sufixo subordinador é indireta, tal como comprovam os elementos elípticos de uma paráfrase: um *pedreiro* não

trabalha só com pedras e um *motorista* encontra-se um tanto distanciado do motor do seu veículo, tão explícito na base vocabular. Por vezes nem mesmo a História consegue confirmar esses vínculos e o *terminus a quo* de inúmeras etimologias de vocábulos derivados não é nada mais que uma reconstrução hipotética.

Entender a Morfologia como independente da Lexicologia significa dizer que a Morfologia não está vinculada exclusivamente ao mecanismo sincrônico e gerativo da produtividade. As diferenças entre Morfologia e Lexicologia são muito mais profundas, uma vez que é sabido que o interesse da Lexicologia não se vincula necessariamente ao chamado significado composicional proveniente diretamente da junção dos elementos que compõem o vocábulo. Buscar o significado composicional é quase sempre algo útil como hipótese etimológica, quando o fenômeno da polissemia é flagrante, no entanto, nem sempre o significado composicional se revela mais estável do que um isótopo radiativo. Se mesmo em Química se lida com o comportamento errático dos elementos de uma Tabela Periódica, por que uma Linguística, que lida com construções humanas nascidas no bojo de contratos sociais, seria algo mais próximo da previsibilidade inexorável de uma Mecânica? Se isso for algum tipo de fetiche, tem prejudicado na prática algumas áreas da própria Linguística, como ocorre com a Morfologia, sempre suscetível ao perigo da subsunção por outras áreas.

As relações entre Significado e Significante

Se a Morfologia se sustenta como ciência linguística independente de uma necessária vinculação aos objetos de estudo da Lexicologia, da mesma forma que se sustenta por vezes sem vínculos com a Referência, mais ainda se sustentará com a porção asemântica por definição do signo, o Significante. Aliás, o que mais há são estudos morfossintáticos e morfofonológicos, mas isso pode ser nada mais do que uma tendência de ver os problemas alicerçados nas próprias estruturas das línguas europeias, consideradas como parâmetro fiel da balança em muitas questões.

As primeiras confusões parecem ter sido criadas pela Gramática Tradicional, quando passou a falar sobre as *classes de palavra*. Paradigmas mentais que equivalessem às “classes de palavra” são de diversos tipos e bastante heteróclitos. Neles se mesclam sem muito critério e sem definição rigorosa os constituintes do Significado e do Significante. Além disso, desde cedo se percebeu que não tinham validade universal: a classe dos artigos, definida por Dionísio Trácio para a gramática grega era desnecessária para falantes de latim. Tal confusão entre a busca de termos descritivos e sua validade universal ressurgiu na Linguística Comparativa pelo menos desde o século XVI, quando as adaptações gramaticais continuam: jesuítas viam casos e declinações no tupi em situações que não existiam; ainda hoje se vê equivalência entre o “grau superlativo” do sufixo *-issimus* do latim, de comportamento flexional com o *-íssimo* do “grau superlativo” do português, sufixo claramente derivacional; a “voz passiva” era assunto de Morfologia para a gramática latina, mas se converteu, de forma nem sempre muito clara, num assunto de Sintaxe para a gramática portuguesa. Tais

confusões talvez nos faça ainda hoje ver gênero morfológico onde só há plural nos substantivos alemães. Ou então ver gênero morfológico em pronomes pessoais do inglês, quando o que há é um fenômeno morforreferencial, muito diferente do que o anglo-saxão ou outras línguas germânicas entendiam por gênero morfológico. O arcaísmo de uma primeira pessoa do singular do presente do indicativo no verbo *to be* faz-nos crer que há uma primeira pessoa do singular em todos os verbos do inglês, inclusive no passado, onde sequer há a oposição entre terceira pessoa do singular e demais pessoas, típica do presente (exceto em alguns verbos auxiliares).

A tradição gramatical foi algo contra o qual o Estruturalismo se insurgiu, mas, mesmo após a inflação terminológica da Linguística no século XX, estamos longe de afirmar que a metalinguagem tradicional ainda não é o esperanto que faz as correntes linguísticas se entenderem. O maior problema, desde sempre, será sempre a falta de rigor associada às definições, que são frequentemente contextuais (HEGENBERG, 1974; SOLEDADE; LOPES, 2015).

Casos de extrema excepcionalidade morfológica também são responsáveis pela preferência da vitoriosa vertente analogista das Gramática, herdada pela Linguística. A representação tradicional por tabelas, forma cômoda de mascarar a anomalia dos paradigmas (por vezes conjuntos unitários, como a mencionada primeira pessoa do singular do verbo *to be* em inglês) por vezes acabou, paradoxalmente, tornando complexo o entendimento até mesmo de fenômenos legitimamente analógicos. Por exemplo, em romeno, os casos podem ser marcados por artigos definidos pospostos. Por vezes, há uma combinação morfossintática com o radical, de modo que há uma forma para o singular e outra para o plural nos substantivos masculinos e neutros; diferentemente, nos substantivos femininos, a forma do nominativo-acusativo-vocativo singular pode ser diferente da do genitivo-dativo singular, mas idêntica à do plural. Ou seja, uma palavra feminina como *zi* “dia” tem plural *zile* “dias” e esse *zile-* funciona tanto para marcar o genitivo-dativo singular *zilei* “do dia” quanto para marcar formas do plural como *zilele* “os dias”, *zilelor* “dos dias”. Outro exemplo: *sora* “a irmã”, *surorii* “da irmã”, *surorile* “as irmãs” e *surorilor* “das irmãs” (GÖNCZÖR-DAVIES, 2008). Assumir, contudo, que apenas o feminino, mas não o masculino e o neutro, tem esse comportamento, é algo que não só desconfiguraria a simetria das tabelas, que seria apenas uma consequência estética. Mais do que isso, a visão analogista na Gramática e na Linguística, ao preferir a simetria a uma modelização assimétrica dos paradigmas morfológicos parece preferir o ideal lógico do século XVII aos dados.

Decorrência imediata disso é que o intérprete da língua não se posicionará como o elemento passivo que foi durante a sua aquisição de linguagem, mas como um cientista que pretende, antes de tudo, descrever os fatos tais como são em sua *essência*, dando margem a todo tipo de pressupostos e prejulgamentos. É, contudo, muito difícil falar de essência quando estamos diante de construções históricas, como as línguas. De fato, nem toda língua teve uma atuação histórica tão forte da analogia quanto o romeno e o turco (UNDERHILL, 1976) e a valorização da analogia só beneficiaria o entendimento de algumas línguas. Nesse mesmo espírito analogista se enquadrará também as soluções do morfema-zero e o morfe-zero, discutido abaixo.

Em consonância com a vitória da analogia desde o surgimento da Gramática, a idealização ocidental, desde o século XVI, das chamadas línguas aglutinantes, isolantes, sobretudo das com grande regularidade e sem complicações das línguas flexivas, chamadas de “fusionantes” ou das línguas “simbólicas”, na nomenclatura tipológica de Sapir (1921) parece ter tido algum tipo de preponderância na modelização dos paradigmas morfológicos. Embora seja verdade que haja línguas tipologicamente classificadas como isolantes, como o mandarim, ou com considerável comportamento isolante, como o inglês, em que a Sintaxe parece suplantar a Morfologia (entendida exclusivamente como Morfossintaxe), não é possível afirmar que exista língua sem Morfologia. Dada a tradição da Gramática, por vezes é difícil aceitar que um item lexical como *stomach* em inglês se comporte como o gato de Schrödinger e às vezes seja substantivo, às vezes seja um verbo. É mais fácil entendê-lo como duas unidades do que como um só item lexical extremamente complexo.

No entanto, se isso ocorre é porque termos designadores de classes como “substantivo” ou “verbo” são interpretados ora como unidades morfossintáticas (que ocupam núcleos de sintagmas diferentes), ora como unidades morfológicas *stricto sensu* (com terminações morfológicas diferentes). Em nenhum dos dois casos será a Sintaxe *stricto sensu* que mostrará a diferença entre os supostos dois itens lexicais quando estão em construções como *the stomach* ou *to stomach*. De fato, além da função sintática de núcleo de sintagma nominal ou verbal, a dicotomia “verbo” vs “nome”, lexicalmente também se vincula frequentemente a uma distinção semântica do tipo “ação” vs “objeto”, que é uma dimensão diferente da de atender a combinações sintáticas ou morfossintáticas específicas (como a concordância, regência etc.). Seria confuso, pois, estipular que a diferença entre um *stomach* substantivo e um *stomach* verbo resida puramente nas combinações sintáticas, mas isso só ocorre porque há algum tipo de preferência arbitrária a favor do sintagma, quando o paradigma também muda: *stomaches* será terceira pessoa do singular do presente do indicativo se o item lexical se comportar como verbo, mas, comportando como substantivo, *stomaches* será a sua forma de plural. Dito de outro modo, a evocação da classe “substantivo” ou “verbo” ocorre simultaneamente tanto no sintagma quanto no paradigma; não só na Sintaxe, mas também na Morfologia. Não há razão alguma para, diante desse complexo emaranhado de relações, preferir-se a Sintaxe à Morfologia em intrincados problemas como o de “ser ou não ser” o mesmo item lexical.

Estranhamente, muitos exemplos de “sintaxe interna”, que envolve a relação entre radical e afixos, como a metafonia ou apofonia são desconsiderados pela Sintaxe e até mesmo pela Morfossintaxe, sendo considerados objetos de estudo tradicionais da Morfologia ou da Morfofonologia (ou ainda, quando muito imprevisíveis, da Lexicologia). Aparentemente, a Sintaxe intralexical não interessa à própria Sintaxe e acaba sendo assumida pela Morfologia nos capítulos sobre alomorfia. A própria preferência da língua por um determinado tipo de afixação em detrimento de outra (por exemplo, a exclusiva prefixação em khmer ou a exclusiva sufixação em turco) é algo que interessa mais à Tipologia Linguística, mas raramente é

entendido como um problema de Sintaxe *stricto sensu*. Chama mais à atenção, contudo, na pauta dos estudos morfossintáticos fenômenos como as amálgamas (por exemplo, entre preposição e artigo no português, entre preposição e pronome pessoal em irlandês, entre verbo auxiliar e negação em inglês), as concordâncias (por exemplo, de gênero, número, caso em latim; a chamada “polaridade” entre numeral e gênero no árabe, entre numeral e caso/número em russo, cf. MALTZOFF, 1984; THACKSTON, 1994) e as regências (tanto nominais, quanto verbais); partículas indicadoras de casos sintáticos (como no japonês, cf. ANDO, 1957).

Além de diversos fenômenos morfossintáticos, mencionam-se fenômenos morfofonológicos “assemânticos” nos trabalhos de Morfologia, como, por exemplo, a realização do morfema -s plural do inglês como [s] antes de consoante plosiva surda, [z] antes de vogal, ditongo decrescente, consoante soante (lateral, nasal, aproximante) ou consoante plosiva sonora, [ɹz] antes de fricativas e africadas. O mesmo se repete, nessa língua, nas mesmas condições preditivas, com o morfema de terceira pessoa do presente do indicativo. Algo similar, *mutatis mutandis*, ocorre em fenômenos menos previsíveis, por exemplo quando se discutem as vogais ou as consoantes de ligação (*cafe-z-al*, *rat-i-cida*) e os interfixos de Malkiel (como em *can-avi-al*). No entanto, conviria observar novamente que não é a Semântica que determinará sua situação particular de “vazios de sentido”, mas é o Significado.

A sistematicidade de um fenômeno é algo analógico e sincrônico, já a assistematicidade invariavelmente se fundamenta na diacronia. A presença ou não da consoante de ligação -z- após substantivos oxítonos é algo que, para além do sistema, fundamenta-se na história, de tal modo que é possível encontrar também tanto substantivos oxítonos sem o -z- de ligação (*cajual* vs. *cafezal*), quanto a existência de -z- após bases substantivas primitivamente não-oxítonas (*cafezal* vs. *manguezal*). As evidências diacrônicas mostram que esse -z- de presença não universal está, na verdade, a serviço do Significado e, portanto, na Morfologia, onde o excepcional é bem-vindo, diferentemente do que ocorre na Fonologia e na Sintaxe.

No Significante, fenômenos analógicos de fato sobrepujam os anômalos. A regularidade morfológica, porém, é variável entre as línguas: há as com grande propensão à harmonia vocálica (como ocorre entre o radical e os sufixos do turco), noutras a geração de alomorfes por apofonia (como na composição prefixal do latim) ou por metafofia (como no plural do alemão) é eivada de exceções. A regularidade morfofonológica de uma língua não é prova alguma de uma Morfofonologia estendida, que subsuma a Morfologia, uma vez que nos estudos tipológicos se observa a abundância da irregularidade. Há, inclusive, afóra o comportamento típico das línguas “fusionantes” e das “simbólicas” (seguindo a nomenclatura de Sapir, 1921), línguas como o húngaro, mais aglutinante que flexiva, que está numa situação bastante intermediária entre a regularidade de uma língua aglutinante como o turco, num dos extremos, e a abundância de exceções e a espetacular complexidade morfológica do russo, no outro (SZENDE; KASSAI, 2007)

A vasta quantidade de provas de independência da Fonologia, da Sintaxe e da Morfologia nas diversas línguas do mundo não parece ser o suficiente para convencer os que, a despeito da existência de fenômenos morfofonológicos e morfossintáticos, não creem que a Morfologia seja um estudo independente da Fonologia ou da Sintaxe. Isso se dá, aparentemente, devido a uma ambiguidade no entendimento do que seria “Morfossintaxe” ou “Morfofonologia”. Numa primeira definição de Morfossintaxe, observa-se que a Morfologia e a Sintaxe têm pontos de encontro, os quais, segundo alguns autores e linhas teóricas (provavelmente por uma hierarquização de valores de paradigmas científicos e não pela própria natureza dos fenômenos), justificariam uma relação de subordinação entre Morfologia e a Sintaxe. Normalmente, os fenômenos morfológicos são entendidos como subsumidos a uma espécie de Sintaxe estendida (e não o contrário, embora também fosse possível pensar, a partir dos mesmos pressupostos, em uma Sintaxe subsumida a uma Morfologia estendida). No entanto, por ambas participarem da estruturação da expressão e a Sintaxe não estar diretamente vinculada ao Significado, como a Morfologia, é válido admitir que nem a Morfologia subsume a Sintaxe, nem *vice versa* (como frequentemente ocorre com outras ciências interdisciplinares, como a Bioquímica). O mesmo poderíamos pensar acerca da Morfofonologia: pensá-la como resultado da subsunção da Morfologia a uma Fonologia estendida (ou inversamente numa Fonologia subsumida a uma Morfologia estendida) como, por exemplo, nos modelos que pressupõem formas subjacentes e etapas de transformações na expressão, revelou-se uma prática pouco rigorosa de ciência, haja vista a aplicação mais ostensiva de explicações *ad hoc* do que em qualquer outra área da Linguística. Muito diferente desse cenário, uma Morfofonologia cujo estudo seriam apenas os pontos de encontro entre a Morfologia e a Fonologia, os quais existiriam justamente, devido à combinação da estruturação semântica com a estruturação da expressão, revela-se muito mais razoável.

Exemplifiquemos, a fim de mostrar quão complexo pode ser esse imbricamento entre Fonologia, Sintaxe, Léxico e Morfologia. Em russo, há casos como o nominativo, o genitivo e o acusativo, relacionados a várias condições morfossintáticas. O caso nominativo está ligado ao sujeito e às vezes ao predicativo, que também pode ser expresso no caso instrumental ou genitivo, dependendo de concordâncias com o tempo verbal ou com a negação. O caso acusativo está ligado ao objeto indireto e à regência de algumas preposições (algumas com uma só regência, outras com mais de uma, muitas vezes, com implicações semânticas relativas à presença ou ausência de movimento). O genitivo pode estar associado a adjuntos adnominais com semântica de posse, a regências verbais, à regência de preposições diversas, à explicitação de um partitivo ou em associações com a negação. Em russo, um substantivo terminado em *-a* no nominativo singular terá um genitivo singular em *-y* e um acusativo singular em *-u*, independentemente de traços semânticos lexicais ou de gênero. O mesmo ocorre com substantivos neutros em *-e* ou em *-o*, com a exceção que, nesses casos, o nominativo e o acusativo são sempre iguais, no singular ou no plural. Um substantivo com nominativo terminado em consoante será necessariamente masculino ou feminino e, nesses

casos, o acusativo singular em *-a* será igual ao genitivo em *-a* se a palavra for masculina e animada, mas o mesmo não ocorre com palavras masculinas não animadas e com femininas, em que o nominativo singular e o acusativo singular são iguais. No plural, contudo, palavras animadas têm sempre genitivo e acusativo iguais, enquanto palavras não-animadas têm sempre nominativo e acusativo iguais e isso é verdadeiro para um grande número de terminações, que confere grande imprevisibilidade sobre a terminação adequada, que está vinculada ao substantivo em paradigmas morfolexicais. Aparentemente, o russo anula a diferença de gênero nos substantivos masculinos e femininos no plural, ao passo que o neutro tem terminações próprias. No entanto, o mesmo não pode ser dito dos adjetivos russos, nos quais, como nos substantivos alemães, não há qualquer traço de gênero no plural, muito embora a distinção semântica e referencial entre seres animados e não animados seja crucial para a opção correta da terminação dos casos em questão (MALTZOFF, 1984). Esse quadro basta para percebermos como uma Semântica da Referência se apresenta mesclada a uma Semântica do Significado em muitas línguas, tal como mostram os diversos (e sistemáticos) meandros que envolvem Léxico, Morfologia, Fonologia e Sintaxe. Preferir um tipo de fenômeno a outro sem justificativas claras para essa subsunção é algo aparentemente arbitrário, o que redundaria, quase invariavelmente, no sacrifício da Morfologia. As razões para tal comportamento nem sempre são claras, mas serão discutidas no capítulo final deste artigo.

Por uma Morfologia *stricto sensu*

Para defender que há uma Morfofonologia e uma Morfossintaxe sem subsunção da Morfologia, é preciso que encontremos fenômenos morfológicos *stricto sensu* e, de fato, eles existem em abundância. Nesses fenômenos, não é possível falar de modelos sintáticos e fonológicos que os expliquem, do mesmo modo que não é possível vincular sempre o que é morfológico ao que é referencial. Citem-se três fenômenos: (a) a declinação; (b) o gênero não referencial; (c) a conjugação verbal.

A *declinação* é um fenômeno morfológico já observado pelos gramáticos desde a Antiguidade. Embora casos sejam fenômenos claramente morfossintáticos, os paradigmas de declinação não têm relação com a Sintaxe e sua vinculação com a Fonologia é tênue (por mais que se falem de vogais temáticas nominais, há grande número de exceções, do ponto de vista sincrônico). Línguas como o japonês, o húngaro, o turco ou o árabe clássico têm casos, mas não têm declinações. O número de declinações de uma língua é um tanto arbitrário e bastante tradicional: diz-se que o latim tem cinco declinações, mas ao menos uma delas (a terceira) tem uma quantidade muito grande de peculiaridades, quando se trata de casos particulares, por exemplo, a terminação do genitivo plural. Mesmo um paradigma morfológico menos problemático como a primeira declinação latina, tem várias peculiaridades: a terminação *-abus* no dativo e ablativo plurais em palavras como *dea* “deusa” (para distinguir de *deis* “deuses”, da segunda declinação), a terminação *-as* do

genitivo de alguns usos do item lexical *familia* etc. Isso tudo nos faz pensar que, com outros parâmetros diferentes do da terminação do genitivo singular, poderíamos falar de mais de cinco declinações em latim. Em alemão, também, os substantivos com genitivo distinto de *-s* ou *-es* de palavras masculinas e neutras formam a chamada “declinação forte”, no entanto, há diversas particularidades que mostram a sua heterogeneidade (a presença de *-en* ou *-ens* no genitivo singular, a presença de *-en* em todos os casos do singular, exceto o nominativo etc.). Segundo Pétursson (1992), o islandês teria sessenta declinações, mas uma análise rápida dos paradigmas didáticos permitiria reagrupar todas essas declinações em um número diferente, fundindo algumas com base em determinados casos e dividindo outras, com base nas chamadas “exceções”. Gramáticas do sânscrito e do russo mostram extensos conjuntos de declinações com o mesmo problema, sem informar com clareza quantos paradigmas estaríamos tratando.

Por outro lado, se entendemos por declinação *lato sensu* a existência de mais de um paradigma para a mesma flexão, sem que haja previsibilidade morfofonológica para essas formas (como ocorre, por exemplo, na harmonia vocálica do turco), o conceito abarcaria também fenômenos da alomorfia como (1) *mão/mãos*, (2) *pão/pães*, (3) *leão/leões*. De fato, essas formas não são essencialmente distintas do que as gramáticas chamam de “declinação”, o que nos faz pensar que o termo deveria ser usado para descrever o número mais ou menos definido de paradigmas morfológicos em que haveria alguma espécie de alomorfia no plano dos morfemas gramaticais. Se não se trata de um fenômeno morfofonológico, mas sim morfológico *stricto sensu*, tampouco seria um fenômeno morfolexical, a ponto de caracterizarmos como exceções, pois vários itens lexicais se agrupam nesses vários paradigmas morfológicos, a saber, no mesmo paradigma de *mão/mãos* estariam *irmão*, *cidadão* etc, no de *pão/pães* estaria, *cão*, *capitão*, *alemão* e no de *leão/leões* estariam *caminhão*, *paspalhão*, *redução* etc. Nenhum desses paradigmas tem qualquer vínculo com a Referência, com a Fonologia ou com a Sintaxe.

Num modelo cujos pressupostos não incluem nem formas subjacentes, nem transformações, tais declinações, seja no sentido estrito, seja no amplo, são uma das provas da existência de uma Morfologia *stricto sensu*. Como não existem paradigmas diacrônicos na mente do falante, a alta ou baixa cardinalidade desses conjuntos não é algo que se possa analisar *a priori*. Assim sendo, nem mesmo a produtividade de um deles em detrimento de outro afetaria a argumentação a favor da existência de paradigmas morfológicos *stricto sensu* independentes dos que caracterizam a Fonologia *stricto sensu*, a Morfologia *stricto sensu* ou a Lexicologia *stricto sensu*.

O gênero não referencial seria nossa segunda prova da existência de uma Morfologia *stricto sensu*. Palavras como *parede* são femininas embora não haja qualquer referência que as associem ao mesmo paradigma morforreferencial de *mulher*, *mãe* ou *avó*. Além disso, não tem índice *-a* que aponte para um paradigma morfofonológico feminino, como em: *menina*, *caneca*, *vítima*. Não tendo vinculação nem com a referência, nem um índice que aponte para o gênero

ao qual pertence o item lexical, conclui-se que o gênero morfológico de *parede* é intrínseco ao seu significado e pertence a um paradigma morfológico *stricto sensu* de itens lexicais femininos sem índice e sem referência tais como *luz, flor, mão, maré*. Tal comportamento, como vimos, está mais próximo de fenômenos do Significado do que do Significante, mas cumpre observar novamente que participar do Significado de um item lexical também não é subsumir a Morfologia à Lexicologia e há várias razões para não o fazer: embora *parede* seja um item lexical específico (com uma frequência de uso, uma etimologia própria etc.), pertence não só a paradigmas lexicais *stricto sensu*, mas também a paradigmas morfológicos *stricto sensu* (como os de gênero e de número), a paradigmas fonológicos *stricto sensu* (como o das trissílabas, das paroxítonas etc.), a paradigmas lexicais *stricto sensu* (que distinguiriam, por exemplo, uma “parede” de um “muro”) e, por fim, a paradigmas morfossintáticos (como o de, sendo um substantivo, poder ser virtualmente núcleo de sintagma nominal). Tendo tantos comportamentos, não é possível afirmar que apenas um deles seja mais importante do que outro. O que se observa, contudo, a partir da análise desses comportamentos é que *pelo menos* um é puramente morfológico, ou seja, não se subsume a qualquer outro.

A *conjugação* é o nome tradicional para um fenômeno semelhante ao da declinação das classes nominais, pois envolvem índices (conhecidos tradicionalmente como *vogais temáticas*). Trata-se também de um conjunto de paradigmas morfológicos *stricto sensu*. Não é fácil determinar quantas conjugações há em português. Numa perspectiva estruturalista, como a de Câmara Jr (1979), por exemplo, na qual se levam em conta morfemas-zero e morfes-zero, com base no Quadro 1 abaixo, poderíamos concluir que:

1. haveria de zero a quatro conjugações, na língua portuguesa, dependendo de uma flexão específica: a flexão lexicográfica utilizada em dicionários do português, o infinitivo impessoal, aponta quatro situações (uma vez que é totalmente anacrônica a afirmação de que o verbo *pôr* e seus derivados sejam da segunda declinação) e o mesmo número, com itens lexicais diferentes se chegaria analisando a terceira pessoa do singular do pretérito do indicativo (aliás, flexão adotada pela lexicografia árabe para indicação de verbos em dicionários, na sua flexão masculina) e a primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo, já a primeira pessoa do plural dos mesmos itens lexicais denunciaria a existência de três conjugações e a primeira pessoa do presente do indicativo (aliás, flexão lexicográfica dos dicionários latinos) não aponta para nenhuma conjugação;
2. considerando um conjunto de morfemas empregados na flexão total, exemplificado no Quadro 1, por uma escolha arbitrária de cinco flexões (infinitivo impessoal, primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo, primeira pessoa do singular do presente do indicativo e primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo), porém, haveria pelo menos nove situações, que configurariam nove conjugações distintas.

Quadro 1: Paradigmas de conjugação do português

cant:a-r	cant:o-Ø-u	cant:á-sse-mos	cant:Ø-Ø-o	cant:á-va-mos	1 {'a,'o,á,Ø,á}
beb:e-r	beb:e-Ø-u	beb:ê-sse-mos	beb:Ø-Ø-o	beb:í-a-mos	2 {'e,'e,ê,Ø,í}
part:i-r	part:i-Ø-u	part:í-sse-mos	part:Ø-Ø-o	part:í-a-mos	3 {'i,'i,í,Ø,í}
d:a-r	d:e-Ø-u	d:é-sse-mos	do:Ø-Ø-u	d:á-va-mos	4 {'a,'e,é,Ø,á}
v:e-r	v:i-Ø-u	v:í-sse-mos	vej:Ø-Ø-o	v:í-a-mos	5 {'e,'i,í,Ø,í}
traz:e-r	troux:Ø-Ø-e	troux:é-sse-mos	trag:Ø-Ø-o	traz:í-a-mos	6 {'e,Ø,é,Ø,í}
est:a-r	estiv:Ø-Ø-e	estiv:é-sse-mos	esto:Ø-Ø-u	est:á-va-mos	7 {'a,Ø,é,Ø,á}
v:i-r	vei-Ø-Ø-o	vi:é-sse-mos	venh:Ø-Ø-o	vinh:Ø-a-mos	8 {'i,'i,é,Ø,Ø}
pô:Ø-r	pôs-Ø-Ø-Ø	pus:é-sse-mos	ponh:Ø-Ø-o	púnh:Ø-a-mos	9 {Ø,Ø,é,Ø,Ø}
4 {'a,'e,'i,Ø}	4 {'o,'e,'i, Ø}	4 {á,ê,í,é}	0 {Ø}	3 {á,í,Ø}	

A vogal temática verbal não é objeto de estudo da Fonologia *stricto sensu*, não carrega traços semânticos da Referência, mas no Significado funciona com vistas à construção de paradigmas morfológicos, como faz o gênero morfológico. Da mesma forma que um conjunto como {tribo, cadeira, parede} tem em comum um gênero feminino não-referencial, um conjunto como {trouxéssemos, estivéssemos, viéssemos} forma uma conjugação, a despeito do fato de os infinitivos impessoais desses verbos serem tradicionalmente considerados como de três outras conjugações distintas. Como na declinação, conviria perguntar, se por “conjugação” se entende o comportamento morfemático de uma flexão específica (por exemplo, infinitivo impessoal ou primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo) ou um feixe de comportamentos associados ao mesmo item lexical. Aparentemente, a vitória dos analogistas sobre os anomalistas na tradição gramatical dificulta a formação de modelos de Linguística que nos permita analisar apropriadamente o que se passa nas mentes dos falantes. Por causa do nosso viés analogista, a busca da simetria em tabelas parece ainda ser mais importante do que o estudo do próprio fenômeno linguístico.

Consequências da visão analogista em Morfologia

Como vimos, as irregularidades são entendidas como “meros resíduos históricos” e as exceções são vistas como um problema para o ideal analogista quando se afirma que tudo que é improdutivo e excepcional não é problema digno de uma ciência que busca a generalização e a previsibilidade. No entanto, esquece-se que os mesmos resíduos, abundantes nos paradigmas morfológicos, são mais bem esclarecidos quando o cientista não nega, como o usuário da língua, que há algo para além do funcionamento da língua, que é a sua herança, fruto de criação social e não biológica e muito menos um objeto de validade universal como ocorre com os objetos estudados pela Física. A própria tabela acima apresentada tem o viés analogista e o melhor exemplo para a vitória do discurso analogista sobre o anomalista é a presença de morfemas-zero e de morfemas-zero, os quais garantem a regularidade da estrutura, facilitando o entendimento.

No entanto, essa facilitação é puramente analítica e não verdadeiramente analógica como se imagina. A defesa da “ausência significativa” é muito cara aos estruturalistas, no

entanto, nela reside outra vez um óbice para o entendimento da irregularidade. O elemento irregular, no entanto, pode ser produtivo (embora não haja necessidade de sê-lo) e isso é mais um fator que deveria estimular para entendermos a irregularidade, embora o improdutivo também não deixe de ser um estímulo, uma vez que a irregularidade seja compreendida. Normalmente o irregular está amparado por uma *frequência de uso*: algo que seja irregular e infrequente está mais próximo da volatilidade das formas malsucedidas que não compõem a história de uma língua. Mas tanto o irregular quanto o paradigma representado por um conjunto unitário deve suplantar o estágio neológico ou da *parole*, para atingir algum tipo de tradição que justifique alguma medida para com ele. É nesse sentido que estão os interfixos de Malkiel: uma palavra como *canavieiro* tem o interfixo *-avi-* a menos que entendamos *canavi-* como um alomorfe de *can-* ou então *-avieiro* como um alomorfe de *-eiro*. Em qualquer uma das três soluções, flagra-nos o problema da exceção. A presença de *-avi-* tanto em *canavieiro* quanto em *canavial* mostra que sua improdutividade orbita desses dois itens de alta frequência, como se fossem as estrelas binárias Sirius ou Algol. Morfemas-zero e morfes-zero são caudatários de uma visão extremamente analógica de linguagem, mas não é só isso: suporia ademais uma língua de base totalmente ideal, ao estilo dos construtos da gramática paniniana, que foi retomada no Ocidente pelos primeiros gramáticos histórico-comparatistas da Alemanha, como Bopp.

Os interfixos, em contrapartida, nos trazem uma luz ao problema: a produtividade estará vinculada não à irregularidade, mas à desvinculação da Morfologia de uma Morfossintaxe estendida. De fato, se uma exceção não é um problema que interessa à Lexicologia (que se preocuparia com a unidade lexical plenamente realizada e não com questões composicionais típicas da unidade neológica ou etimológica), será sem dúvida um problema de Morfologia. Questões de baixa ou alta cardinalidade dos paradigmas morfológicos são fenômenos legítimos de linguagem e em nada justifica a exclusão de dados, em nome de uma Morfologia mais científica. Ademais, observada de outro ângulo, a produtividade estará vinculada mais à ausência de concorrência do que a uma “virtude” do afixo ou do radical, ou seja, nada justificaria desprezar paradigmas com único elemento ou com poucos elementos, por serem “resíduos históricos”, sobretudo se esses itens lexicais são de alta frequência de uso.

Ainda em defesa da Morfologia no Significado e não no Significante, é importante lembrar que, embora haja línguas em que se possa afirmar que não ocorre a expressão de uma Morfologia *stricto sensu*, não é acertado dizer que essas línguas não tenham Morfologia, como provam fenômenos morfofonológicos, morfossintáticos, morfolexicais e/ou morforreferenciais que existirão necessariamente nelas. Analisando, por exemplo, um pronome possessivo da língua portuguesa como *nosso*, podemos dizer o seguinte, comparando diversas línguas:

1. A classe “pronome possessivo” não é universal, uma vez que há línguas que distinguem pronomes e adjetivos possessivos para um elemento equivalente (como o inglês *our* ~ *ours*); em outras línguas, porém, como o japonês (ANDO, 1957) e o mandarim (YIN; RIMMINGTON, 2004), não existe nada equivalente a um pronome possessivo (nessas duas línguas, usa-se somente o pronome pessoal seguido de um morfema equivalente ao “genitivo”, numa construção sintática literalmente traduzível por “de nós”, da mesma forma que o português usa *dele, dela, deles, delas, de você, de vocês* em vez de *seu*);
2. O item lexical *noss-* é invariável morfofonologicamente no português, ou seja, não atende a variações de sintaxe interna, no entanto, o mesmo não ocorre com o equivalente romeno (*nostr-* no masculino, *noastr-* no feminino-neutro plural, *noștr-* no masculino plural, cf. GÖNCZÖR-DAVIES, 2008) ou com o latino (que tem *noster* no nominativo singular masculino e *nostr-* em todos os demais casos e números);
3. O item lexical *noss-* é variável flexionalmente em gênero e número em português, mas é em gênero ou número em seu equivalente em alemão, dinamarquês e russo (BREDSORFF, 1958; MALTZOFF, 1984);
4. O item lexical *noss-* não é variável flexionalmente em caso em português, mas é em seu equivalente alemão e em russo. Em algumas línguas que têm distinção de gênero, número e caso, inclusive em outros pronomes possessivos, o equivalente ao *noss-* é invariável, como ocorre no islandês *okkar*; literalmente “de nós”, como no chinês e no japonês (PÉTURSSON, 1992);
5. Há línguas em que a possessividade é indicada por meio de afixação e não por uma classe independente de pronomes, como é o caso do turco (UNDERHILL, 1976) e do húngaro (SZENDE; KASSAI, 2007), ambas também com o fenômeno morfofonológico da harmonia vocálico; em outras línguas, como o árabe, a afixação de *-nā* “nosso” é morfofonologicamente imutável (THACKSTON, 1994);
6. Há línguas que distinguem, numa Morfologia *stricto sensu*, uma primeira pessoa do plural inclusiva e outra exclusiva, como o guarani (ñande “eu e ele”, *ore* “eu e você”), revelando mais explicitamente a conexão dêitica com a Referência, e há ainda as que incluem diferentes graus de polidez, de humildade, de deferência, de lugar de fala etc., como o japonês, que pode refletir a possessividade de modo lexical (*chichi* “meu pai” *vsotōsan* “teu pai” ou “o pai dele”), revelando de forma ainda mais evidente a existência dos elementos sociais da Referência, considerados por muitos como exclusivos de elementos lexicais (ANDO, 1957).

Assim sendo, como não há universalidade de classes como a de “pronome possessivo”, tampouco haverá quem defina Morfologia como o estudo de supostas universalidades dessas

mesmas classes tradicionais. Não é a presença ou ausência de fenômenos morfossintáticos que justificam a não-universalidade da Morfologia nas línguas (da mesma forma que a ausência de um mecanismo coesivo como a harmonia vocálica do turco não é universal). Mesmo o mandarim, que não dispõe nem de gênero nem de número, dispõe de morfolexicalidade nas concordâncias que envolvem o uso dos classificadores (YIN; RIMMINGTON, 2004). O mesmo se pode dizer sobre a estruturação morfolexical dos níveis de polidez e da negação na flexão verbal em japonês (ANDO, 1957). A divisão entre paradigmas morfológicos e lexicais no Significado do signo linguístico é universal e não tipológica. Não há língua sem Morfologia.

Conclusões

O problema da subsunção da Morfologia parece bem distante de questões legitimamente linguísticas, antes parece repousar em uma tendência histórica a idealizar as línguas isolantes ou as aglutinantes, desde o século XVII (como provam a tentativa de associação do chinês com a língua-mãe, por exemplo, em John Webb). A partir do contato de linguistas alemães com a gramática de Pāṇini no início do século XIX, tal idealização somente aumentou. Dois séculos antes, ainda, a idealização de uma língua apropriada à expressão da Lógica, desprovida de complicações e de repetições desnecessárias parece ter atingido os gramáticos franceses, desde Port Royal até Vaugelas. Essas complicações “desnecessárias”, exceções, redundâncias e outros supostos “defeitos” da linguagem natural encontraram nos elementos morfológicos uma área bastante propensa à desbastagem típica do *inutilia truncat* iluminista. Mesmo antes do surgimento do termo “Morfologia”, os fenômenos morfológicos sempre foram entendidos como algo que necessitava algum tipo de domesticação. Aparentemente somente autores que se dedicaram à Linguística Comparativa, inclusive com propostas tipológicas afastaram-se da influência do analogismo tradicional da Gramática Normativa, reforçado pela influência pāṇiniana, cuja transformacionalidade se encontrará ainda posteriormente influenciando modelos de estruturalistas norte-americanos e de gerativistas. Para além dessa tradição analítica, é patente que a vinculação do nome “Morfologia”, provindo da Botânica de Johann Wolfgang Goethe e da Medicina de Karl Friedrich Burdach, encontrará, por um lado, uma vertente fértil nas ideias de Schleicher, que introduzirá exitosamente esse termo oriundo das Ciências Naturais no seio dos estudos linguísticos na segunda metade do século XIX, a despeito da grande resistência dos que não comungavam das mesmas ideias positivistas, como Schuchardt. Abraçado pelos neogramáticos e rejeitado por filólogos, o termo “Morfologia” já se encontra presente na gramática de Júlio Ribeiro (1881) e nas obras de Eduardo Carlos Pereira (1907). Entendida inicialmente como mais próxima da Fonologia, com a qual formaria um conjunto chamado de Lexeologia (termo às vezes usado como alternativa para se evitar a ascendência neogramática), o termo “Morfologia” seria adotado universalmente por gramáticos, filólogos e linguistas a partir da década de 50 do século XX, uma vez que as duas Guerras Mundiais apagariam de uma vez por toda a vinculação original com as áreas da Biologia e da Medicina. Apesar desse esquecimento historiográfico, hoje em dia, no entanto, persiste a

sensação de superfluidade da Morfologia face à Fonologia e à Sintaxe, ainda que de maneira latente, nos pressupostos dos que ainda pretendem subsumi-la, quer à Fonologia no Estruturalismo, quer à Sintaxe no Gerativismo. A terceira via do Funcionalismo também acabou sendo bastante comprometida com a ideia quase teleológica do “esmaecimento” ou mesmo da “perda” do significado, trazendo novamente o perigo das considerações confusas sobre o “assemantismo”.

No entanto, a despeito das estratégias das linhas teóricas vigentes, o escopo desse texto foi justamente mostrar que a subsunção da Morfologia, consequência de vários equívocos, não é algo evidente e muito menos algo necessário ou desejável, sob pena de deixar muitos fenômenos sem qualquer área de investigação. Nesse sentido, buscou-se esclarecer à luz do modelo universalmente aceito do signo linguístico que a Semântica não é o único estudo do Significado. A Semântica se preocupa, como visto, tanto com o Significado, quanto com a Referência e o faz na prática das suas análises. Já o Significado compõe-se não só de uma Lexicologia, mas também de uma Morfologia, da mesma forma que o Significante não é só Fonologia, mas também Sintaxe. O problema da “ausência de significado” tampouco se confunde com a dicotomia Significado *vs* Significante presente desde o *Cours de linguistique générale*, antes reflete duas situações distintas:

1. não há, às vezes, nenhuma relação morforreferencial em um determinado item do Significado porque existe uma Morfologia *stricto sensu*, independente de relações morfosintáticas, morfofonológicas, morfolexicais ou morforreferenciais;
2. há, por vezes, uma *associação* entre os componentes do Significado e a Referência, ou seja uma relação indireta, assim como são indiretas relações como as metáforas e as metonímias.

Assim sendo, se o estudo do Significado não é sinônimo de Semântica, pelo menos duas áreas independentes (e às vezes interdependentes) também se ocupam do Significado do signo linguístico e essas áreas são a Morfologia e a Lexicologia. Dizer isso não é de modo algum negar a existência de Morfofonologia e de uma Morfosintaxe, dadas as numerosas evidências de fenômenos que muitas vezes se assemelhariam imagneticamente às dobradiças de uma porta, mas é na verdade negar veementemente, à luz de tantas evidências e de outras mais, que essas ciências interdisciplinares subsumam a Morfologia, como se fosse uma ciência menor.

REFERÊNCIAS

ANDO, Z. K. *Gramática da língua japonesa*. São Paulo: s/ed,1957.

BRESDORFF, E. *Danish: an elementar grammar and reader*. Cambridge: University Press, 1958.

CÂMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1979.

- GÖNCZÖR-DAVIES, R. *Romanian: an essential grammar*. London/ New York; Routledge, 2008.
- HEGENBERG, L. *Definições: termos teóricos e significado*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1974.
- LOCKE, John. *Essay concerning human understanding*. London: Thomas Tegg, 1690.
- MALTZOFF, Nicholas. *Essentials of Russian grammar*. Lincolnwood: NTC, 1984.
- PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva*. São Paulo: Irmãos Weiszflog, 1907.
- PÉTURSSON, M. *Lehrbuch der isländischen Sprache*. Hamburg: Helmut Buske, 1992.
- RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.
- SAPIR, E. *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Hancourt, Brace & Co, 1921.
- SAUSSURE, F. M. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1916.
- SIMÕES NETO, N. A. *Um enfoque construcional sobre as formações X-eir-: da origem latina ao português arcaico*. Salvador: UFBA, 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2016.
- SIMÕES NETO, N. A. *O esquema -ari- do latim às línguas românicas: um estudo comparativo, cognitivo e construcional*. Salvador: UFBA, 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2020.
- SOLEDADE, J.; LOPES, M. Uma proposta de revisão do conceito de morfema. In: COELHO, J. S. B.; ALMEIDA, A. A. D.; SANTANA, E. (org.). *Para a construção de saberes lexicais*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 127-159.
- SZENDE, T.; KASSAI, G. *Grammaire fondamentale du hongrois*. Paris: L'Asiathèque, 2007.
- THACKSTON, W. M. *An introduction to Koranic and Classical Arabic*. Bethesda, Maryland: Ibex, 1994.
- UNDERHILL, R. *Turkish grammar*. Cambridge, Mass./London: MIT, 1976.
- VIARO, M. E. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos-eiro/-eirana língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (org). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007, p. 45-84.
- VIARO, M. E. Onde se encontra a Morfologia no signo linguístico? *Estudos linguísticos e literários*, n. 61, p. 11-29, 2018.

VIARO, M. E.; FERREIRA, M. J.; GUIMARÃES FILHO, Z. O. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, M. E. *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 58-105.

YIN, P. C.; RIMMINGTON, D. *Chinese: a comprehensive grammar*. London/ New York: Routledge, 2004.